



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

**PREGÃO N. 040/2013**

**PROTOCOLO N. 8.533/2013**

A empresa GBSI COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME apresentou, tempestivamente, impugnação ao edital do Pregão n. 040/2013, cujo objeto consiste no Registro de Preços para eventual aquisição de Materiais de Processamento de Dados.

Em síntese, requer a empresa o acolhimento da impugnação para que seja retificado o **Item 2** do edital e determinada a sua republicação. O item impugnado é o seguinte:

*“Cartucho de toner para impressora laser Samsung (com cilindro integrado), modelo ML3710ND, monocromática, **ORIGINAL** do fabricante do equipamento (part # MLTD205E). Rendimento aproximado de 10.000 páginas padrão. Validade mínima de 1 ano, a partir da entrega do material no Almoxarifado.”*

Por sua vez, o ANEXO I do referido edital apresenta a seguinte justificativa para a exigência daquela marca:

*“2. Para o ITEM 2 somente será aceito produto **ORIGINAL** do fabricante do equipamento no qual será utilizado o suprimento, uma vez que os equipamentos encontram-se no período de garantia.”*

Alega a empresa que “*não há justificativa técnica válida para a exigência de produto da marca do fabricante do equipamento, já que no mercado atual há produtos originais 100% novos, compatíveis com os equipamentos referentes aos itens supracitados no edital 40/2013, produzidos por outros fabricantes diversos da marca do equipamento, e que atendem perfeitamente a funcionalidade do equipamento garantindo qualidade e um preço bem menor do que o produto da marca do equipamento*”, ao passo que “*as exigências editalícias, ora mencionadas, baseadas na mera alegação de perda da garantia dos equipamentos não tem validade jurídica nem amparo legal, portanto obsta o prosseguimento do referido certame por estarem em contrariedade com as normas constitucionais vigentes assim como afronta os princípios basilares do Direito Administrativo*”.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Em consulta ao setor requisitante, foram apresentados esclarecimentos e repassados os seguintes documentos: termo de garantia do equipamento impressora laser Samsung, modelo ML3710ND, e a Ficha Individual do Bem (esta, a título de amostragem).

Analisando os documentos supracitados, verifica-se que a justificativa para exigência de marca apresentada pelo setor requisitante é legítima, porque está de acordo com a legislação de regência e com orientação recente do Tribunal de Contas da União.

Ficou demonstrado que os equipamentos foram adquiridos pelo Tribunal Superior Eleitoral (Pregão n. 132/2011, <http://www.tse.jus.br/transparencia/licitacoes/licitacoes-concluidas>) e em seguida repassados ao TRESC, sendo que o prazo de 36 (trinta e seis) meses de garantia ainda está em vigor.

Dessa forma, este Tribunal recebeu os referidos equipamentos, aceitando as mesmas condições de garantia exigidas pelo TSE.

No Termo de Garantia que acompanha o equipamento, há as seguintes hipóteses de exclusão de garantia previstas no ITEM III:

*“(f) Defeitos e danos decorrentes da utilização de componentes não fabricados pela SAMSUNG (gabinete, cabos, placas, suprimentos, cartuchos/cilindros de impressão, peças em geral, etc).*

*[...]*

*“(h) Defeitos e danos causados pelo uso de software, hardware, peças, acessórios, suprimentos, consumíveis, cartuchos/cilindros de impressão não fabricados pela SAMSUNG.*

*IV. CONSIDERAÇÕES GERAIS. [...] Esta Garantia fica automaticamente cancelada na ocorrência de qualquer uma das hipóteses do Item III.”*

Da leitura do Edital do Pregão n. 132/2011 do TSE, e seus anexos, origem da aquisição das impressoras, não se verifica a existência de dispositivo que imponha quaisquer alterações às regras daquele termo de garantia.

Nessas situações, a Lei n. 8.666/1993 tem a seguinte previsão no inc. I do art. 15:

“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho,



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;  
[...].” (destacamos)

Logo, a exigência de fornecimento de cartucho de toner para impressora laser original do fabricante do equipamento visa manter as condições de manutenção, assistência técnica e garantia obtidas no Pregão n. 132/2011 do TSE, sob pena de perda desses serviços.

Em que pesem os acórdãos do TCU citados pela empresa impugnante em sentido diverso, há acórdão do Plenário do mesmo órgão que corrobora a justificativa apresentada para o item impugnado:

“REPRESENTAÇÃO DE LICITANTE. AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS DE TONER. EXIGÊNCIA DE CARTUCHOS ORIGINAIS/GENUÍNOS DA MESMA MARCA DAS IMPRESSORAS. EQUIPAMENTOS EM PRAZO DE GARANTIA. CONHECIMENTO. IMPROCEDÊNCIA.

Admite-se como legal cláusula editalícia que exija que suprimentos e/ou peças de reposição de equipamentos de informática sejam da mesma marca dos equipamentos originais, quando esses se encontrarem no prazo de garantia e os termos da garantia expressamente consignarem que ela não cobrirá defeitos ocasionados pela utilização de suprimentos e/ou peças de outras marcas.” (Acórdão n. 860/2011-Plenário, TC-033.923/2010-8, rel. Min. Ubiratan Aguiar, j. em 6.4.2011).

Dessa forma, decide esta Pregoeira não dar provimento à IMPUGNAÇÃO apresentada pela empresa GBSI COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME, na certeza de que as disposições contidas no edital do Pregão n. 040/2013 e em seus anexos foram elaboradas em observância ao disposto na legislação vigente, bem como aos princípios norteadores da licitação.

Florianópolis, 2 de maio de 2013.

Heloísa Helena Bastos Silva Lübke  
Pregoeira